



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

1- No início de 2011, o Estado português apresentava uma situação de completa insustentabilidade ao nível das suas contas;

2- Em Abril de 2011, após os mercados lhe terem “fechado as portas”, Portugal foi obrigado a pedir ajuda externa;

3- Na sequência do pedido de ajuda externa, o então executivo socialista negociou um memorando de entendimento que pressupõe a redução da despesa pública, assim como o aumento da receita pública;

4- No âmbito da redução da despesa pública o memorando de entendimento datado de 17 de Maio de 2011 refere que Portugal terá que “ *Melhorar o funcionamento da administração central, eliminando duplicações, aumentando a eficiência, reduzindo e extinguindo serviços que não representem uma utilização eficaz de fundos públicos*” estando previsto, nomeadamente, a “ *redução do número de serviços locais*”;

5- Notícias recentes vindas a público dão conta das preocupações do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos que receia que mais de 150 representações dos serviços de Finanças venham a encerrar num futuro próximo;

Face ao exposto e nos termos do disposto no art.º 156ª, alínea d) da Constituição, é direito dos Deputados “requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do mandato”;

Nos termos do artigo 155º, n.º 3, da Constituição e do artigo 12º, n.º 3, do Estatuto dos Deputados, “todas as entidades públicas estão sujeitas ao dever geral de cooperação com os Deputados no exercício das suas funções ou por causa delas”;

Nos termos do disposto no artigo 229º, n.º 1, do Regimento da Assembleia da República, as

perguntas apresentadas pelos Deputados são tramitadas por intermédio da Senhora Presidente da Assembleia da República com destino à entidade requerida, tendo esta o dever de responder conforme o disposto no n.º 3 do mesmo preceito, no máximo de 30 dias;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados vêm por este meio requerer ao Srª Ministra de Estado e das Finanças, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, resposta ao seguinte:

1- Confirma que é intenção do Governo encerrar mais de 150 representações dos serviços de Finanças?

2- Qual o número previsto de encerramentos em cada um dos concelhos do distrito de Braga?

3- Concretamente no que respeita ao encerramento previsto nos concelhos do distrito de Braga, em que ruas se situam esses serviços de finanças?

4- Qual o calendário previsto para o encerramento desses serviços de finanças nos concelhos do distrito de Braga?

5- Quais os critérios subjacentes que ditarão esses encerramentos nos concelhos do distrito de Braga? Foi tido em conta que existem Municípios com mais do que uma repartição de finanças e outros Municípios que ficam em zonas do interior do Distrito, com populações mais isoladas, mais idosas, que necessitam de mais apoio e informação destes serviços de finanças?

6- Quantos postos de trabalho se irão perder com o encerramento desses serviços nos concelhos do distrito de Braga?

7- Quais as soluções encontradas para aqueles que regularmente utilizam os serviços que irão encerrar nos concelhos do distrito de Braga?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 18 de Outubro de 2013

Deputado(a)s

ALTINO BESSA(CDS-PP)